


DOI: 10.22476/revcted.v6.id474

ISSN: 2447-4223

## CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E EM DEFESA DA ESCOLA CIDADÃ

**Telma Temoteo dos Santos<sup>1</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-0250-3990>

Colégio Anglo Resende/IOC- FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

**Submetido em:** 01/11/2020

**Aceito em:** 19/12/2020

**Publicado em:** 31/12/2020

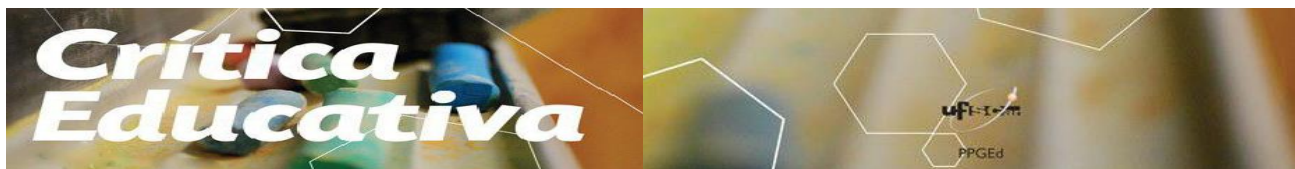
### Resumo

O presente trabalho discorreu sobre como a mercantilização da educação modula na formação dos sujeitos. Trata-se de uma carta aos professores no sentido de dialogar em como produzir reflexões sobre estes dois importantes temas: educação como mercadoria versus educação para a cidadania. Neste sentido, sabe-se que para defender os modelos de educação que se voltam para o contexto dos sujeitos e ocupam-se em dialogar com as expressões multiculturais e singulares das sociedades é necessário fazer uma crítica contundente ao tratamento dado ao tema educação nas últimas décadas. Desde a incursão de setores internacionais no modo de perceber a educação ao desmonte sistematizado e estrutural da educação brasileira por políticas públicas neoliberais. Essas políticas dão prioridade a formação acrítica dos sujeitos, cujo sentido prioritário seria fornecer conhecimentos que os levem a exercer profissões sem expectativas de crescimento ou ainda incapazes de participarem dos processos decisórios da sociedade. Assim, ao defender a escola como um espaço de fomento a cidadania, pensa-se na formação crítica e contundente de sujeitos que serão protagonistas, autônomos e preceptores na tomada de decisões que não apenas os beneficiem a nível individual como também para a sociedade que fazem parte. Inclusive, pensando nos sujeitos ainda excluídos dos processos decisórios, como as minorias sociais. Deste modo, a escola cidadã em seu projeto institucional se ocupará não apenas do ensino propedêutico, mas também da formação para a defesa da vida.

**Palavras-chave:** mercantilização da educação, escola cidadã, formação para a defesa da vida.

---

<sup>1</sup>Doutora em Ciências (IOC-FIOCRUZ). Coordenadora Pedagógica. Ensino Fundamental II. Colégio Anglo Resende. Docente e orientadora na Pós-graduação (lato sensu) Ensino em Biociências e Saúde (IOC-FIOCRUZ). Laboratório de Inovações em Terapias, Ensino e Bioprodutos (LITEB). E-mail: temoteo.telma@gmail.com.



## AGAINST THE COMMODIFICATION OF EDUCATION AND IN DEFENSE OF THE CITIZEN SCHOOL

### Abstract

The present work discussed how the commercialization of education modulates in the formation of subjects. It is a letter to teachers in order to discuss how to produce reflections on these two important themes: education as a commodity versus education for citizenship. In this sense, it is known that in order to defend the models of education that turn to the context of the subjects and are engaged in dialoguing with the multicultural and singular expressions of societies, it is necessary to make a strong criticism to the treatment given to the education theme in the last decades. From the incursion of international sectors in the way of perceiving education to the systematic and structural dismantling of Brazilian education by neoliberal public policies. These policies give priority to the uncritical formation of the subjects, whose priority sense would be to provide knowledge that will lead them to exercise professions without expectations of growth or still unable to participate in the decision-making processes of society. Thus, when defending the school as a space to foster citizenship, one thinks of the critical and forceful formation of subjects who will be protagonists, autonomous and preceptors in decision-making that not only benefit them individually but also for the society they make part. Even thinking about the subjects still excluded from decision-making processes, such as social minorities. In this way, the citizen school in its institutional project will be concerned not only with propaedeutic teaching but also with training for the defense of life.

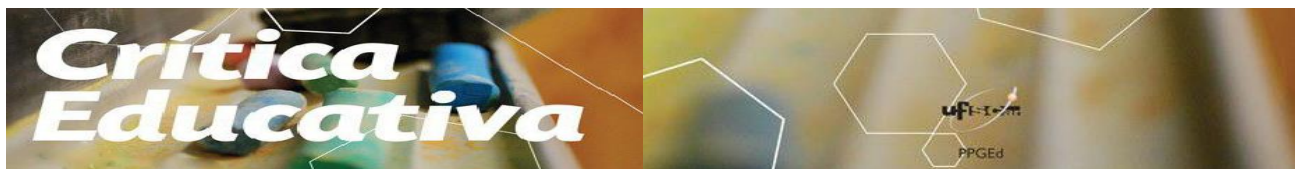
**Keywords:** commodification of education, citizen school, training for the defense of life.

## CONTRA LA MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN Y EN DEFENSA DE LA ESCUELA CIUDADANA

### Resumen

El presente trabajo discutió cómo la comercialización de la educación modula la formación de los sujetos. Se trata de una carta a los docentes para discutir cómo producir reflexiones sobre estos dos importantes temas: la educación como mercancía versus la educación para la ciudadanía. En este sentido, se sabe que para defender los modelos de educación que se vuelcan al contexto de los sujetos y se comprometen a dialogar con las expresiones multiculturales y singulares de las sociedades, es necesario realizar una fuerte crítica al tratamiento dado al tema educativo en las últimas décadas. Desde la incursión de sectores internacionales en la forma de percibir la educación hasta el desmantelamiento sistemático y estructural de la educación brasileña por parte de políticas públicas neoliberales. Estas políticas dan prioridad a la formación acrítica de los sujetos, cuyo sentido prioritario sería proporcionar conocimientos que los lleven a ejercer profesiones sin expectativas de crecimiento o aún sin poder participar en los procesos de toma de decisiones de la sociedad. Así, al defender la escuela como espacio de fomento de la ciudadanía, pensamos en la formación crítica y contundente de sujetos que serán protagonistas, autónomos y preceptores en la toma de decisiones que no solo los beneficien individualmente sino también para la sociedad que hacen. parte. Incluso pensando en los sujetos aún excluidos de los procesos de toma de decisiones, como las minorías sociales. De esta forma, la escuela ciudadana en su proyecto institucional se preocupará no solo por la enseñanza propedéutica sino también por la formación para la defensa de la vida.

**Palabras clave:** mercantilización de la educación, escuela ciudadana, formación para la defensa de la vida.



Meus caros colegas professores,

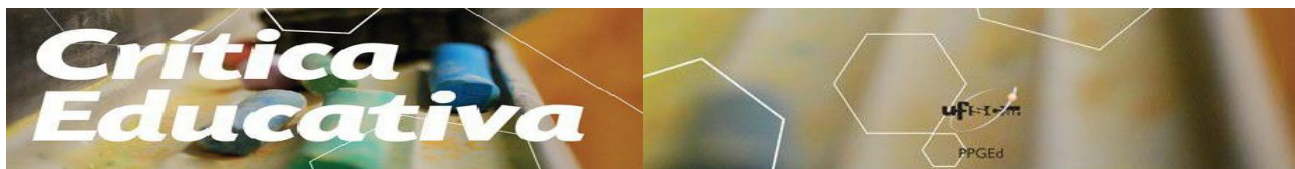
*“Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro”.*

Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira.

Como habitual, hoje pela manhã, antes mesmo do primeiro gole de café, desbloqueei o celular e comecei de forma despretensiosa a leitura das principais notícias em sites de jornais e revistas. É um exercício que gera um misto de sentimentos: de dever, para não me afastar do debate dos temas atuais e me encerrar na minha bolha ao mesmo tempo que sei que tal ação poderá impactar diretamente nos tipos de discussões realizadas durante o meu dia, postagens nas redes sociais e discussões mesmo que agora virtuais, com os pares.

Entre a passagem rápida e a seleção nada estruturada das notícias, duas chamam minha atenção por motivos bem diferentes: a primeira, a inércia (já institucionalizada) do ministério do meio ambiente, e a segunda, como contraponto, a mobilização de jovens que se uniram para diminuir o sofrimento de animais atingidos pelos incêndios no Pantanal. Essas duas notícias e seus desdobramentos ascenderam em mim, reflexões sobre a formação dos nossos jovens, para além do ensino propedêutico.

Estamos vivenciando tempos muito, muito difíceis, nos quais, fazemos parte de um tipo de sociedade formada majoritariamente por sujeitos que partem da lógica perversa do “eu posso, logo eu faço”. Ora, se posso sair, ir à praia, ir aos bares, em plena pandemia de uma doença ainda desconhecida, sem tratamento e sem vacina, por que não? A#ficaremcasa, abrindo exceção apenas para atender as necessidades básicas essenciais, fracassou. Se iniciamos a quarentena e isolamento social em meados de março de 2020 porque já as portas do mês de novembro deste mesmo ano o número de novos casos e mortos continua crescente na maioria dos municípios brasileiros, e ainda com a ameaça real de uma segunda onda? Sem a compreensão e adesão ao isolamento social, a população deixou de perceber que não era contraditório falar em ficar em casa para proteger a saúde e também os empregos, a economia e o bem-estar coletivo. Sim, não falo na ausência de compreensão dos indivíduos, mas da sociedade, pois entendo a tomada de decisões não apenas



como um ato individual mas coletivo, inserida em uma rede de sentidos, carregada de significados e significantes, cujas representações sociais depende indissociavelmente do grupo ao qual o indivíduo se identifica e quer fazer parte.

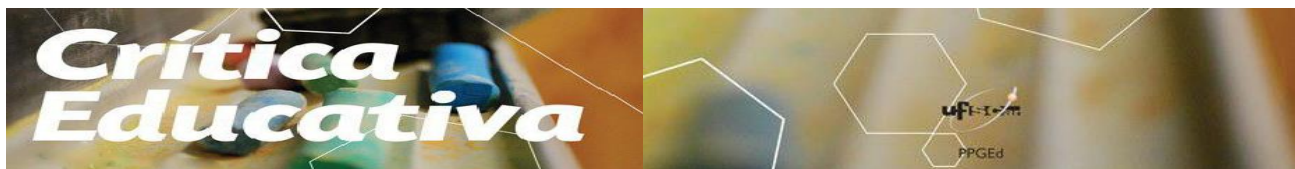
Deste modo, meus caros colegas professores, vejo o quanto é urgente falar sobre cidadania em nossas áreas de atuação, como os nossos pares, mas que este diálogo não se encerre neste espaço, mas que seja também convidativo para a sociedade como um todo. Que os sujeitos, independentemente de suas origens e orientações de discursos (exceto aqueles guiados por concepções da necropolítica) se vejam também representados por uma fala que defenda os direitos coletivos, a defesa pela vida dos povos minoritários e das diversas expressões culturais e o cuidado com o meio ambiente e preservação da biodiversidade.

A onda neoliberal e conservadora que mudou os rumos das últimas eleições não é um evento isolado no território brasileiro, vide as notícias sobre a dinâmica político social internacional. Em adição, enfrentamos o retrocesso em áreas como os direitos humanos, a preservação do meio ambiente, o direito das minorias, a diminuição das desigualdades sociais, a valorização das ciências e educação. Como diriam os nossos alunos, na Internet, muitos sujeitos “passam pano”, expressão coloquial análoga a não fazer julgamentos ou ser tolerante aos discursos de ódio e de segregação.

Diante deste cenário não há como não pensar na necessidade urgente da existência ou fortalecimento das escolas cidadãs. Sim, escolas estas que vão na contramão das “escolas fábricas” de prestadores de vestibulares, que expõem orgulhosamente seus méritos em outdoors. A pandemia da Covid-19 revelou que empregos, tecnologias ou meritocracias não se sustentam diante de uma doença global, sem vacina, sem que os sujeitos compreendam que o bem-estar coletivo está em primeiro lugar, e que a saída para a praia, a aglomeração em bares e restaurantes, podem ficar “em pausa” até a biossegurança permita.

As tais “liberdades individuais” que nada mais são do que um disfarce para o desrespeito ao próximo, ao cuidado com o ambiente, da preservação das culturas ancestrais, da inclusão dos povos historicamente massacrados, é fruto de um pensamento torpe sobre o que é democracia, liberdade e cidadania.

Adentramos então, sobre o papel da educação: Para Paulo Freire, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."



Porém, o que temos assistido é o desmonte cruel, pautado, intencional e organizado da educação. Tida como um direito constitucional e agora tratada como mercadoria cujos processos devem ser quantificados e justificar investimentos por meio de produtos que recebem a anuência do mercado, a educação tem preço, custo e deve justificar mercadologicamente os investimentos. Sim, não os olhos da sociedade como um todo, mas apenas de um estrato, cujas ramificações internacionais ditam como países em desenvolvimento devem entender o que é educação e como devem operar os meios para leva-la a população mais carente. Não há discussão sobre defesa da escola cidadã sem falar da mercantilização da educação, pautada na racionalidade econômica, moldada no padrão fordista, fomentada por movimentos crescentes para a sua privatização, com a diminuição do papel do Estado.

Já que nesta conjunta, acredita-se que aos mais pobres se deva ofertar uma “educação” enxuta, voltada para o mercado de trabalho, dos subempregos. Como produto financiado por instituições internacionais espera-se que por meio da educação a população mais carente obtenha apenas conhecimentos necessários para fornecer sua mão-de-obra que garanta uma subsistência mínima, como forma de combate a pobreza e desigualdades e garantir a equidade

São determinações contratuais (entre os países que ‘recebem’ as benesses e os bancos internacionais), transvestidas de orientações de caráter normativo, enviadas para países com realidades distais.

As propostas de expansão do ensino preconizadas pelo Banco Mundial para a educação não levam em conta os processos ao longo do caminho que levam a exclusão dos sujeitos que mais necessitam das políticas de acesso a educação formal.

E, o desenvolvimento de tomada de decisões, de analisar as problemáticas de seus meios, de pensar, refletir, argumentar? De saber diferenciar informações de conhecimentos e ter capacidade analítico-crítica em transpor conhecimentos para resolver situações inesperadas? Nada disso seria necessário, já que os mais pobres são sujeitos que terão outros sujeitos mais “capazes” e “bem formados” para lhes dizer o que, como e quando fazer.

Sem sujeitos formados para a criticidade, o desmonte da educação passa incólume e se entende para outros setores da sociedade sem provocar reações adversas, vide o que tem ocorrido com o meio ambiente, com a educação e com a saúde. Ou seja, sujeitos apáticos, doutrinados por



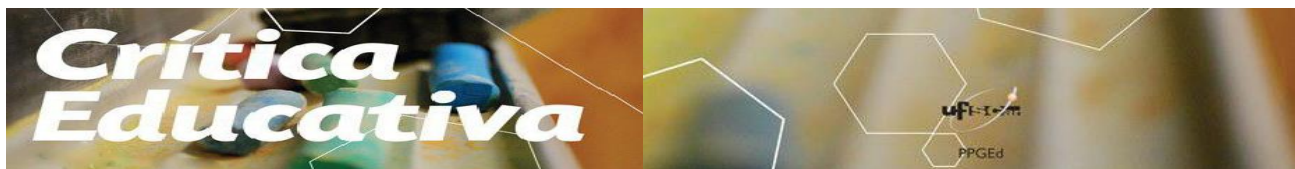
ideologia da exclusão e da meritocracia, formados para aferir rendimentos individuais em detrimento da coletividade e do bem-estar, igualdade para a coletividade.

E, nesses modelos de educação forjado no novo capitalismo o termo democracia participativa é um mero acessório ilusório, que mesmo presente nos documentos oficiais, na prática não se estabelece porque não há espaço para o fomento, tampouco os objetivos institucionais ou ainda curriculares apontam para essa direção. Ou seja, são políticas que se ocupam dos resultados sem analisar as variáveis e as singularidades de cada contexto que produzem e modulam processos cujos resultados não serão homogêneos. O que nos lembra Freire que categoricamente afirma que a educação é um ato político e assim indissociável das questões econômicas e ideológicas. É um instrumento, pela qual, se pode formar para o convívio em democracia.

Para Paulo Freire não existe democracia se não houver cidadãos conscientes de seus papéis políticos e sociais. Assim, pensando juntos, a escola, local institucionalmente e historicamente reconhecida como de transmissão da cultura humana deve-se voltar para se conectar às múltiplas formas de expressão sociais.

Uma escola cidadã primeiro compreende que os seus sujeitos participantes não se restringem aqueles que frequentam o seu espaço: tem a comunidade, os evadidos (ou como Freire, bem pontua, os expulsos) e as demais instituições que junto a ela ocupam um território e nele inserem seus objetivos e suas demandas, recebendo e (re)produzindo culturas. A escola é um espaço onde as diferenças se encontram e por meio da cultura da paz, medeia os conflitos por meio do diálogo e reconhecimento da importância do respeito, da tolerância e do cuidado.

A escola cidadã fomenta a construção de espaços dialógicos e aprendentes. E, por isto, luta contra a hegemonia dos currículos para a instauração urgente de modelos de educação atentos com as realidades de cada contexto, para o empoderamento das mulheres chefes de família, para a formação de indivíduos que compreendam a importância da inclusão e que conviver com as desigualdades sociais e com a destruição continuada do meio ambiente e modos de vida tradicionais não é uma opção a ser acolhida neste e em nenhum tempo de existência da espécie humana. Este tipo de educação deve ser prioritária ao invés de uma educação que promete empregabilidade mas em seu lugar apresenta o desemprego e sujeitos inaptos para o coletivo, liderança e autonomia.



Ora, já sabemos que onde a educação bancária e meritocracia, que prioriza que coloca o conhecimento como produto mercantil cujo acesso e progressão é diretamente proporcional ao aumento da qualidade de vida e ascensão financeira (e, caso isso não ocorra a culpa será imputada ao sujeito), se senta, não há espaço tampouco permissão para a democracia e a cidadania.

Lembro-me que na escola, tive aulas onde se apresentava os deveres e os direitos dos estudantes, para com a escola, com os estudos e com a família. Eram listas genéricas, com pontos gerais. Com o passar do tempo, pouco se falava em direitos e como exercer-los, já que o ensino era pautado sob a ótica da submissão e não do exercício da cidadania. Falar sobre direitos, democracia e cidadania tem que estar atrelado ao exercício, como prática diária, viva e pujante. Sem a ação, os termos esvaziam-se em si mesmos. Perde-se o sentido. Todavia, exercer os direitos irá requerer do sujeito, em primeiro lugar, se reconhecer como parte do tecido social, que o afeta e é afetado por ele.

Por isso, além da defesa pela manutenção de regimes democráticos deve se pensar em como a participação popular fortalece a democracia. Exercer a democracia é defender o estado democrático de direito, cujos atores sociais unem-se em prol de uma sociedade inclusiva, que entendem a urgência da substituição dos modos de vida pautados no consumo desenfreado e insustentável, por outros que estejam integrados aos sujeitos e seus espaços de vida.

A mudanças ocorrerão quando os indivíduos passaram a se reconhecer como cidadãos e a se organizarem em coletivos cujas pautas objetivaram o bem-estar comum para além dos interesses individuais. É na escola, nas aulas, com espaços dialógicos, inclusivos e fomentadores da criatividade, da autonomia e dos debates de temas contemporâneos e históricos que se inicia e fortalece o exercício da cidadania. Que seja o cerne dos nossos planos de aulas, estrutura dorsal das nossas disciplinas, ponto inspirador da nossa prática docente: a defesa pela educação pública, de qualidade, verdadeiramente inclusiva, brasileira em sua complexidade e para todos os sujeitos que dela forem formados. Não é meramente uma missão, mas um modo de vida.